

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: uma análise histórica a partir da Reforma Sanitária ao SUS constitucional nos diferentes governos brasileiros.

Isabela Karime de Souza Gonçalves<sup>1</sup>

Edeanny dos Santos Silva<sup>2</sup>

Nayara Barros Saldanha<sup>3</sup>

### RESUMO

O estudo apresenta reflexões e discussões acerca da saúde pública a partir dos diferentes governos brasileiros. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com a realização de levantamentos bibliográficos sobre o tema, utilizou-se o materialismo histórico e dialético para embasamento teórico. O percurso de análise conta com o processo histórico-político da saúde pública no Brasil marcado pela Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), dialogando com a atualidade dos processos de desmonte institucionalizados pelo Estado referente à saúde pública. No bojo dos desafios que saúde vem enfrentando é de fundamental importância o reconhecimento e defesa das políticas públicas de saúde e dos direitos historicamente conquistados.

**Palavras-chave:** Saúde Pública; Reforma Sanitária; Governos Brasileiros.

### ABSTRACT

The study presents reflections and discussions about public health from different Brazilian governments. This is a descriptive and exploratory study, with bibliographic surveys on the subject, using historical and dialectical materialism for theoretical basis. The path of analysis relies on the historical-political process of public health in Brazil marked by the Sanitary Reform and the creation of the Unified Health System (SUS), dialoguing with the actuality of the dismantling processes institutionalized by the State regarding public health. In the midst of the challenges that health has been facing, the recognition and defense of public health policies and historically conquered rights are of fundamental importance.

**Keywords:** Public health; Sanitary reform; Brazilian governments.

<sup>1</sup> Residente em Nefrologia - UEPA (Universidade do Estado do Pará); Assistente Social; i7souza@hotmail.com.

<sup>2</sup> Assistente Social pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ; Especialista em Serviço Social e Saúde; edeannysilva@gmail.com.

<sup>3</sup> Assistente Social pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia – UNIFAMAZ; Especialista em Serviço Social e Saúde; nayarabarro0105@gmail.com.

PROMOÇÃO



## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traça num primeiro momento uma sucinta retrospectiva histórico-política do percurso e percalços da saúde pública no Brasil desde a reforma sanitária até a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído na Constituição Federal, demarcando os desmontes orquestrados pela perspectiva neoliberal dos governos brasileiros na história recente.

Para a realização deste estudo a escolha metodológica foi desenvolvida a partir de um estudo descritivo e exploratório, com dados qualitativos, fundamentados em fontes documentais e de domínio público. Os critérios para a realização do estudo se deram a partir da seleção de artigos publicados entre 2006 a 2023, estudos em língua portuguesa e estudos relacionados ao tema da pesquisa. Os meios de consulta foram através de bibliotecas virtuais, como: Google Acadêmico e Scielo.

A estrutura do trabalho está dividida em um tópico e dois subtópicos. O primeiro tópico trata da reforma sanitária ao SUS constitucional, e é acompanhado de um subtópico sobre as tentativas de desmonte da saúde pública no percurso político brasileiro dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, Temer, em seguida, um subtópico sobre os determinantes da saúde na atual conjuntura a partir governo Bolsonaro.

## 2 DA REFORMA SANITÁRIA AO SUS CONSTITUCIONAL

O texto inicial deste trabalho pretende compor as análises sobre a conjuntura brasileira no recorte dado à saúde pública, o breve percurso histórico que é realizado situa o/a leitor/a dos agravos potencializados na saúde acometidos pela lógica neoliberal.

A história da saúde pública no Brasil tem seus primórdios baseados na filantropia, mais precisamente aos cuidados da igreja, mediante ações de caridade. Ao final do século XIX e início do século XX, ocorreu no Rio de Janeiro a campanha

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de vacinação de combate à varíola, porém ainda não se tinha acesso aos atendimentos de urgência e emergência, somente a partir de 1923, com a Lei Elói Chaves a saúde foi institucionalizada, pois, a saúde dos trabalhadores passou a ser vinculada à previdência social, tornando-se [...] “um sistema para os/as trabalhadores/as. De início, as caixas de pensões, depois, os institutos, e finalmente, o grande instituto congregador de todos: Instituto Nacional de Previdência Social” (CARVALHO, p. 7, 2013).

Na década de 1980 o Movimento da Reforma Sanitária surgiu dentro de um cenário de contradições do Estado, organizado por diferentes pessoas e grupos partidários, sendo conduzido por lutas, na busca por políticas públicas, de modo que a sociedade pudesse vivenciar um novo modelo de saúde, diferente do modelo anterior, individualista, corporativo e focalista (NOGUEIRA E SARRETA 2016).

Portanto, o movimento de reforma passou a existir devido às condições desiguais de acesso aos serviços de saúde, conforme Nogueira e Sarreta (2016) algumas conquistas fundamentais que podem ser elencadas são:

O direito universal à saúde e o dever do Estado, acabando com a discriminação existente entre segurado/não segurado, rural/urbano;  
As ações e serviços de saúde passaram a ser consideradas de relevância pública, cabendo ao poder público sua regulamentação, fiscalização e controle;  
Constituição do Sistema Único de Saúde integrando todos os serviços públicos em uma rede hierarquizada, regionalizada, descentralizada e de atendimento integral, com participação da comunidade (BRAVO; MATTOS apud NOGUEIRA E SARRETA, 2016, p. 50-51).

A área da saúde avançou em relação aos direitos sociais através de fortes lutas impulsionadas pelos profissionais da saúde, que defendiam melhores condições de trabalho, o ganho das lutas e pautas do movimento sanitário foi que a saúde passou a ser reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, um marco da Constituição Federal de 1988 e (NOGUEIRA e MIOTO 2009).

Seguindo esse contexto, a CF de 1988 determinou que todo/a cidadão/ã tenha livre acesso ao tratamento de saúde, assim, o SUS foi criado e passou a ser

PROMOÇÃO



APOIO



regulamentado pela Lei Orgânica nº 8.080/90. Os princípios doutrinários do SUS devem ser guiados pela Equidade, Universalidade e Integralidade. Devendo organizar o cuidado com a saúde, visando o planejamento das ações, programas e serviços mais eficientes (NOGUEIRA; SARRETA, 2016).

Neste contexto histórico, Bravo (2009) alerta que as conquistas através da Constituição Federal de 1988 foram alvos de ataques vindo do grande capital aliado aos governantes, iniciando a proposta de desmonte da Seguridade Social e o “ajustamento” através da contrarreforma da previdência, transformando a seguridade em previdência e a previdência transforma-se em seguro, alterando as normas constitucionais que regulam as relações de trabalho.

Para Castro (2018) a partir dos anos de 1990 o Estado passou a ser conduzido pela doutrina neoliberal, havendo o mínimo de intervenção estatal e o máximo de liberdade do mercado. As estratégias do capital eram impulsionar a contrarreforma, provocando impactos no meio econômico e social, pois o Estado redireciona as suas funções para o setor privado e a “mão invisível” do mercado dita as regras.

Figura 1 – Manifestantes em frente ao Palácio do Planalto em ato a favor da nova Constituição de 1988.



Imagem: Senado Federal, 2021.

O neoliberalismo é sentido na pele pela classe trabalhadora e foi enfrentado em diversas conjunturas políticas no nosso país. O campo político se organizou a partir da abertura democrática, a imagem histórica prova isso, pois precisávamos de

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



intervenção no quadro de sucateamento na saúde pública, na redução dos direitos trabalhistas e sociais, no aumento do desemprego ou subemprego, na precarização do trabalho, assim como na educação, ressaltado por (BRAVO, 2009).

## 2.1 As tentativas de desmonte da saúde pública no percurso político brasileiro

Nos governos dos anos 1990 a 2000 o neoliberalismo foi determinante; segundo Torres, Garcia e Ferreira (2018, p.2) “buscaram estabelecer parcerias com a iniciativa privada, a fim de fortalecer pressupostos, beneficiando-a”.

O modelo neoliberal foi efetivado no Brasil no governo Fernando Collor de Mello, que privatizou inúmeras empresas estatais de serviço, porém, através das reivindicações, principalmente do movimento estudantil, logo ocorreu o impeachment de Collor, em 1992, e o governo do país passou para Fernando Henrique Cardoso (FHC) (NOGUEIRA; SARRETA, 2016).

Segundo Torres, Garcia e Ferreira (2018) no governo FHC as medidas neoliberais foram fortalecidas, e uma das maiores criações do governo de FHC, foram as OSs, representando um modelo de privatização do sistema de saúde, flexibilizando os vínculos formais de emprego e precarizando as relações de trabalho. O governo FHC adotou exclusivamente a lógica neoliberal como uma política dominante, fragilizando o SUS com inúmeras privatizações e terceirização dos serviços prestados.

FHC foi o primeiro presidente a ser reeleito, e seguiu dois mandatos, nos anos 1995-1998 e 1999-2002. No mandato seguinte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva-LULA, em 2002, o país continuava a enfrentar o modelo neoliberal e a situação econômica era crítica no Brasil, com altas taxas de inflação. Assim, com o mandato de Lula foram criadas expectativas de mudanças, com mais participação no desenvolvimento econômico e social no país (BRAVO apud MATOS; SARRETA, 2016).

PROMOÇÃO



APOIO



De acordo com Torres, Garcia e Ferreira (2018) o seu gerenciamento de governo mostrou acontecimentos completamente diferentes do esperado, pois o que deveria ter sido uma ruptura com o neoliberalismo passou a ser o seu progresso.

[...] o PT não abraçou o ideário neoliberal por completo e de uma vez por todas. Foi abraçando aos poucos e envergonhado e, à medida que abraçava, amenizava seu discurso classista até subordiná-lo completamente aos interesses do capital; sobretudo, substituindo a organização política de base pela de aparelhos meritocráticos os mais diversos: aí incluídos o próprio partido, os sindicatos, institutos, ONGs etc. (PINHEIRO *apud* MACHADO, 2007, p. 2).

No decorrer do seu primeiro mandato, Lula revelou a contradição de dois projetos na política de saúde, buscando consolidar no primeiro projeto a democracia que sustentava ações focalizadas e desfinanciadas, deixando evidente qual era o seu direcionamento político e econômico, em segundo o projeto privatista, demonstrado através das criações das Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) nº 92/2007<sup>4</sup>, mostrando outros modelos de gestão da saúde pública (BRAVO *apud* TORRES; GARCIA; FERREIRA, 2018).

Bravos e Matos (2004) citado por Nogueira e Sarreta (2016) ressalta que no campo da saúde houve práticas de incentivo privado no fornecimento de serviços de saúde, como: a ruptura com o princípio da universalidade por meio do atendimento mínimo para as pessoas que não podem pagar pelos serviços de saúde, transferências de funções do Ministério da Saúde para agências reguladoras e organizações não estatais da contratação de fornecedores privados e a terceirização de clínicas, hospitais e serviços de suporte diagnóstico.

Seguindo o mesmo contexto, durante o governo da Dilma Rousseff o setor privado se consolidou, na política pública de saúde, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) foi embasada por meio da Lei nº 12.550/2011, sendo aprovada pela Presidente Dilma Rousseff, decorrente do Plano Nacional de

<sup>4</sup> Projeto de Lei Complementar nº 92/2007 que dispõe que o poder Público poderá instituir fundação estatal, sem fins lucrativos, nas áreas de atuação que especifica. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF). O governo federal afirmava que o objetivo da implementação desse modelo era solucionar os problemas de instabilidade que acompanha toda a rede de atenção à saúde desde a criação do SUS (TORRES; GARCIA; FERREIRA, 2018).

Dilma Rousseff, durante o seu mandato, passa por um processo de impeachment e Michel Temer assumiu a Presidência da República, em 31 de agosto de 2016, através de um governo considerado privatista. Houveram pronunciamentos sobre a redução do SUS declarando que o Brasil não teria verbas para manter o direito de acesso universal à saúde, propondo como alternativa de sua gestão, os Planos de Saúde Populares com claro processo de privatização da saúde. (BRAVO; PELAEZ; JUNGER, 2019, p. 2).

No governo Temer tem-se a aceleração dos processos de contrarreforma e a continuidade do processo de privatizações *não clássica* na saúde [...] cortes orçamentários na política de saúde; a proposição dos chamados planos de saúde acessíveis; propostas de retrocessos na política de saúde mental e de mudanças na Política Nacional de Atenção Básica – PNAB [...] (BRAVO; PELAEZ; JUNGER, 2019, p.3).

Fica evidente, portanto, que Temer usou de medidas econômicas e controle de gastos públicos como artifício para “resgatar” o país da crise, porém manteve em seu governo o modelo neoliberal. Em relação ao financiamento, o SUS desde a sua formulação enfrenta diversos desafios, dentre os quais, podemos citar, como algo extremo deste governo, a Ementa Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que estabeleceu normas tributárias congelou por vinte anos o investimento da saúde e da educação, impossibilitando, infelizmente, que o SUS materialize assistência à saúde de qualidade, induzindo, uma parcela da sociedade, a pagar plano de saúde privado (MATOS, 2020).

Temer também trouxe propostas de alteração para a política de saúde mental, propostas consideradas negativas para as conquistas da Reforma Psiquiátrica. Ele estabeleceu mudanças na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) fortalecendo internações nos hospitais psiquiátricos (MATOS, 2020).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Diante do exposto, é possível concluir que a saúde é, constantemente, um ponto de interesse capitalista, sua defesa e luta é tarefa primordial na história da sociedade. O SUS foi um marco para a sociedade brasileira, visto que, antes deste sistema a saúde não era um direito de todos, era somente para quem contribuía, ou seja, para trabalhadores/as de carteira assinada e seus filhos; e quem não trabalhava dependia de caridade para ter acesso à saúde quando necessitavam. Somente em 1988 foi reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, como aponta a linha do tempo acima, e após dois anos regulamentados. Com o passar dos anos, juntamente com as conquistas, as lutas continuaram.

A linha do tempo da saúde é marcada pela era Temer que trouxe consigo o pior cenário político nas eleições de 2019, no qual o candidato Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) foi eleito Presidente da República, levantando a pauta do projeto fascista e o crescimento de movimentos anti-PT. A base política do governo Bolsonaro teve como ideologia a legalização do porte de arma, a pena de morte, a redução da maior idade penal e o aumento das privatizações no âmbito estatal. Isto significa a intensificação do caráter ultraneoliberal e ultraconservador, instituindo o desmonte dos direitos sociais da sociedade brasileira (SOUZA; LIMA, 2019).

Na cerimônia de posse, o presidente reafirmou as reformas neoliberais estruturantes, tendo em vista atender os interesses do capital financeiro e consequentemente causando danos as políticas sociais. Conforme destaca, Souza e Lima (2019) o desfinanciamento do SUS já estava sendo revisto, enquanto que os recursos direcionados a saúde não tinham aumento, pois de acordo com o governo, o Estado recebe o suficiente para executar os serviços de atendimento.

Conforme Bravo, Pelaez e Menezes (2019) a sociedade enfrenta diversas mudanças, refletindo no agravamento das políticas públicas e na restrição dos direitos sociais, desconsiderando os sujeitos que lutam pela democratização do país. As eleições presidenciais de 2019 acentuaram a desregulamentação desses direitos e a

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



coalização ultraconservadora, sendo articulada por diferentes vieses: militares, evangélicos, liberais e privatistas.

A contrarreforma provocada pelo governo Bolsonaro seguindo a lógica da acumulação capitalista, desqualifica o funcionamento da gestão pública na condução dos recursos sociais e na insuficiência de atuação do SUS, ao garantir acesso às redes de serviços para toda população.

Segundo Souza e Lima (2019, p. 9) “O SUS, totalmente submetido ao mercado, reforça a focalização do atendimento nas camadas mais pobres do Brasil, possibilitando a expansão do serviço privado de saúde [...]”. Dessa forma, ocasionando a entrada do capital na gestão pública de saúde e inserindo a racionalidade da burguesia, através de programas e metas, que intensificam a precarização no processo de trabalho.

Neste cenário da voraz precarização e privatização da saúde chegamos à pandemia do novo coronavírus, o que reforçou ainda mais a fragilidade do SUS, porém apesar dos desafios não se pode perder de vista a leitura crítica da realidade, logo, é fundamental continuar a luta em busca de melhores condições de assistência à saúde.

### 3 CONCLUSÃO

Muito se tem discutido acerca dos desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde, em um contexto que se agrava a cada dia porque vivemos um capitalismo tardio, que enfrenta a crise sanitária com estratégias que priorizam o lucro ao invés de investir de forma constitucional na saúde pública, no SUS.

A revisão bibliográfica para a construção deste trabalho buscou o resgate da política de saúde pública no Brasil a partir do Movimento da Reforma Sanitária que foi conquistada através de fortes lutas impulsionadas pelos profissionais da saúde, pela classe trabalhadora, pela universidade, entre outros.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Apesar dos avanços e conquistas previstos da Constituição Federal de 1988, é perceptível que tais conquistas vieram de forma gradativa, uma vez que, o Estado acenava com políticas públicas focalizadas, com o intuito de garantir o mínimo social para a classe trabalhadora. O SUS precarizado vem sendo ameaçado com propostas de planos de saúde popular, o que de saída fere o princípio da universalidade de acesso e oferta estatal dos serviços, programas e projetos.

Esses agravos foram exacerbados pelos modelos neoliberais, acarretando para boa parte da classe trabalhadora, dos estratos de classe mais baixos, em termos de renda, a dificuldade de acesso integral à saúde pública. A terceirização dos serviços, por exemplo, deve ser considerada uma ameaça para saúde, contradizendo os princípios que foram conquistados em 1988. Na realidade, os governos que seguem a lógica neoliberal, que tem como objetivo estabelecer vínculos com os setores privados, favorecem o capital financeiro, que impacta diretamente na vida de segmentos mais vulneráveis, entre eles a população negra, que busca e precisa dos serviços ofertados pelo SUS.

É possível observar que o colapso no sistema de saúde tem a ver com a má administração das verbas disponibilizadas, afetando não só quem precisa de atendimento, como também os/as profissionais de saúde que não tem condições adequadas de trabalho para exercício de suas funções.

Portanto, apesar de o momento ser de desafios devido as tentativas de desmontes da saúde, não se pode perder de vista a leitura crítica da realidade social, logo, é fundamental continuar a luta por melhores condições de acesso às políticas públicas e sociais, em meio ao caos potencializados pelo neoliberalismo.

## REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I. S.; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. **Serviço Social e Saúde**, Rio de Janeiro, p. 1-22, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRAVO, M. I. S. **Política de Saúde no Brasil**. In: MOTA, A. E. et al.(orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M.C. Reforma Sanitária e Projeto Ético-Político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, M. I. S. et al. (orgs). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo:Cortez, 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza.; PELAEZ, Elaine Junger.; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. **A saúde nos governos Temer e Bolsonaro**: o SUS totalmente submetido ao mercado. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, n.1, 2019, Brasília. Anais... Distrito Federal. 2019. p. 1-13.

CARVALHO, Gilson. A saúde pública no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 7-26, 2013.

CASTRO, Eduardo Lazarino de. **Reforma Sanitária e Renovação do Serviço Social no Brasil**: duas faces de um mesmo processo societário. XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. Vitória,ES, dez. 2018.

MATOS, Maurílio Castro de. **A pandemia da COVID-19 e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. In: LOLE, Ana.; STAMPA, Inez.; GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. (ORGS). Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia. Mórula Editorial, Rio de Janeiro, 2020. p. 1-9.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro.; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. [S.l.], v.1, p. 1-25, 2009.

NOGUEIRA, Danielle de Oliveira.; SARRETA, Fernanda de Oliveira. A inserção do assistente social na saúde: desafios atuais. In: 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte. 2016. p. 1-22.

TORRES, J. P.; GARCIA, L. R. da S.; FERREIRA, J. A saúde pública na esfera neoliberal e as implicações para o assistente social. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, n. 1., 2018, Vitória. **Anais...** Espírito Santo, 2018. p. 1-19.

SOUZA, Rodrigues de Oliveira.; LIMA, Marcela Natacha dos Santos Caxias de. A expansão do setor privado no SUS: contrarreformas na saúde do governo Bolsonaro. In: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, n.1, 2019, Brasília. **Anais...** Distrito Federal. 2019. p. 1-13.

PROMOÇÃO



APOIO